

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 24/2018**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018**

(Contém 13 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:**

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS



**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 24/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2018**

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 23 de novembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Presidente, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:**

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Nelson António Rosa dos Santos, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

A Senhora Presidente da Câmara Municipal expôs que de acordo com o que ficou estabelecido, as últimas reuniões da Câmara Municipais são públicas. Atendendo que a agenda de trabalhos desta reunião tem vários assuntos, propôs que o período de intervenção aberto ao público fosse transferido para antes da ordem do dia, o que foi aceite, por unanimidade, por todos.

Seguiu-se o período de intervenção aberto ao público. Esteve presente a Senhora Maria Josefina Furtado Tavares Cabral, residente na Rua dos Coelho n.º 28, freguesia de Água de Pau.

A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra a Senhora Maria Josefina Cabral.

A Senhora Maria Josefina Cabral começou a sua intervenção referindo que está presente nesta reunião para esclarecer o seu pedido de proibição do estacionamento na Rua do Mercado, na freguesia de Água de Pau.

Referiu que apresentou à Câmara Municipal uma carta, no passado dia 9 de outubro, tendo recebido resposta através do ofício n.º 3276, de 31 de outubro de 2018. Expôs que vem solicitar a proibição do estacionamento na Rua do Mercado, na freguesia de Água de Pau, atendendo que as viaturas estacionadas naquela via originam um grande transtorno à normal circulação do trânsito, dificultando não só a passagem de viaturas ligeiras como também de viaturas pesadas, que para circular, têm forçosamente, de se encostarem às fachadas das moradias, provocando trepidação por vezes forte.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto será novamente analisado pelos respetivos Serviços.

A Câmara tomou conhecimento.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**FELICITAÇÕES:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira felicitou a Senhora Presidente pela sua eleição de Presidente da Confederação de Municípios Ultraperiféricos – CMU. Igualmente, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, felicitou a Senhora Presidente, tendo sido apresentado, por unanimidade, votos de felicitações à Senhora Presidente, pelas suas novas funções.

**AGENDA CULTURAL:**

A Senhora Presidente entregou a todos os membros, a Agenda de Eventos referente ao mês de dezembro de 2018, com os que são realizados pela Autarquia e outros Eventos promovidos, em dezembro de 2018, por outras Instituições do Concelho.

A Câmara tomou conhecimento.

**ORDEM DO DIA:****PRESIDÊNCIA:****PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Lagoa associou-se à 10.ª semana europeia da prevenção de resíduos;
- Câmara Municipal homenageou Maria Madalena Madureira pela sua competência e profissionalismo na Educação e Desporto na Lagoa;
- Escola Secundária de Lagoa é exemplo do percurso de sucesso que se quer para a Educação no Concelho.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que a Senhora Presidente se entusiasmou demasiado com o seu discurso, em relação ao aniversário da Escola Secundária de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

**EDUCAÇÃO E CULTURA:**

**PONTO N.º 2 – PROPOSTA - 28.ª EDIÇÃO DO CONCURSO DE PRESÉPIOS DO CONCELHO DE LAGOA 2018:**

Foi presente a proposta do Regulamento do Concurso de Presépios 2018, com os objetivos e as regras a que deve obedecer a 28.ª edição do Concurso de Presépios, que se realiza, anualmente, durante a época festiva de Natal, organizado pela Câmara Municipal de Lagoa e a atribuição de prémios que serão distribuídos pelas referidas categorias.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que concorda com a realização do Concurso de Presépios e que haja um regulamento, mas não concorda com a filosofia deste regulamento. Sendo o Concelho de Lagoa a localidade onde existe mais bonecreiros, a Câmara Municipal deveria salvaguardar, dinamizar e apoiar mais esta arte. Referiu que não concorda que no Concurso de Presépios haja categorias e classes. Também não concorda com as datas, dos dias 13 e 14 de dezembro, em que o Júri visitará os presépios a concurso, por entender que é muito cedo, em sua opinião, deveria ser nos dias 20, 21 e 22 de dezembro. Entende que, nos dias 13 e 14 de dezembro, as escolas estão abertas, mas nesta situação do Concurso de Presépios as escolas deveriam estar abertas à Comunidade. Acrescentou, o Senhor Vereador Roberto Oliveira que não votará contra o documento apresentado, mas gostaria que tivessem em atenção as situações que relatou.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que irá abster-se porque, de alguma forma, concorda com a exposição do Senhor Vereador Roberto Oliveira.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

- 1.º Concordar e aprovar a proposta apresentada do Regulamento do Concurso de Presépios, para o ano de 2018;
- 2.º Encarregar os respetivos Serviços de darem o devido andamento;
- 3.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

**UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**



**PONTO N.º 3 – PROPOSTA – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de designação do representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens, a Comissão Alargada é composta por um representante do Município, a indicar pela Câmara Municipal.

Propõe-se à Câmara Municipal a designação da Técnica Superior – Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores.”

A Senhora Presidente da Câmara referiu que com a saída do Senhor Vice-Presidente de Vereador a meio tempo, houve uma reorganização nas delegações de competências, ficando o Senhor Vereador Nelson Santos com mais competências. Não tem sido fácil conciliar as funções de Presidente da CPCJ com o exercício de funções na Câmara Municipal, pelo que deixará as funções de Presidente da CPCJ de Lagoa, sendo necessário designar um novo representante do Município naquela Comissão.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor da proposta apresentada, por entender, que a Técnica Superior – Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira tem conhecimento da área e é a pessoa indicada para aquelas funções.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Designar a Técnica Superior – Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira, como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa - Açores.

Por impedimento legal, na discussão e aprovação da proposta apresentada, ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



**PONTO N.º 4 – PROPOSTA – CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL POR PRAZO CERTO:**

Foi presente a proposta e a minuta do Contrato de Arrendamento não habitacional por prazo certo, a celebrar entre o Clube Operário Desportivo e o Município de Lagoa - Açores. Pelo referido contrato, o Primeiro Contraente dá o arrendamento ao Segundo Contraente, que aceita, a fração autónoma B, sendo esta o rés-do-chão, do prédio urbano, sito na Rua da Fábrica n.º 110, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 1146 e inscrito na matriz predial sob o artigo 4606, tendo sido requerida licença de utilização com data de outubro de 2007, para instalação e funcionamento de serviços e valências de interesse público, nomeadamente, mas não limitado, ao JUDOLAG.

A Senhora Presidente da Câmara informou que é importante garantir a estabilidade da atividade do JUDOLAG. Atendendo que o imóvel é propriedade do Clube Operário Desportivo torna-se importante enquadrar legalmente a utilização daquela fração, pelo JUDOLAG - Judo Clube Lagoa, Açores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, claramente, vota contra e ditou a seguinte declaração de voto: não concorda, porque sendo legítimos representantes do povo, devem defender da melhor forma possível os interesses do mesmo. Acrescentou ainda que não acredita que algum Lagoense, de bom senso, aceite, depois de já terem de alguma forma, pago a construção daquele espaço, tenham agora de pagar uma renda de 1.000,00 € por mês, pela utilização do mesmo. Em sua opinião, não é admissível que isso aconteça e outra solução teria de ser encontrada, para permitir a utilização daquele espaço pelo Judolag, que é no fundo uma associação que nasceu do próprio Clube Operário Desportivo, que é o detentor do espaço.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua opinião, este contrato de arrendamento já é um ato de compra. Vai abster-se nesta votação, porque não votará um contrato de arrendamento com um prazo de 15 anos.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que se trata de um contrato de arrendamento, havendo no final do contrato a opção de compra do imóvel.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira:

1.º Proceder à celebração de um Contrato de Arrendamento não habitacional por prazo certo, a celebrar entre o Clube Operário Desportivo e o Município de Lagoa - Açores;



2.º Dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

**O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz regressou à sala, a fim de continuar a participar na presente reunião.**

**PONTO N.º 5 – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE EIRSU, EIM, SA:**

Pela Administração da EIRSU, EIM, SA foi presente o ofício n.º 028, de 27 de novembro de 2018, que abaixo se transcreve:

“Considerando o relatório do Tribunal de Contas n.º 03/2018 – FC/SRATC – Ação n.º 17-201FC1 (Of. 1135) - Contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos pela EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, S.A (EIRSU, EIM, SA), e pelos municípios participantes.

Recomendado no relatório o seguinte:

- Os Municípios da Lagoa e Ribeira Grande observem o regime legal do endividamento municipal, abstendo-se de celebrar contratos com entidades financeiras ou diretamente com os credores, tendo por objetivo a consolidação de dívida de curto prazo, sempre que a duração dos mesmos ultrapasse o exercício orçamental.

- Os Municípios da Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo ponderem a extinção da empresa local intermunicipal EIRSU – EIM, S.A.

Esta recomendação fundamenta-se na circunstância da EIRSU – EIM, S.A., exercer uma atividade de mero intermediário dos municípios participantes, gerando um acréscimo de encargos, sem acrescentar valor, podendo os municípios optar por outras formas de coordenação que permitam melhorar o acompanhamento da atividade desenvolvida pelo operador privado que presta os serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

Não se recolheram evidências de que a EIRSU – EIM, S.A., tenha instituído mecanismos de controlo no sentido de verificar se as quantidades de trabalhos faturadas correspondem às realmente produzidas. De resto, a EIRSU – EIM, S.A., não dispõe de trabalhadores que possa afetar ao desenvolvimento daquelas tarefas.

Os pagamentos foram efetuados pelos Municípios sem a existência de título contratual que os fundamentasse e sem que o processo de tomada de decisão relativo à contratação da EIRSU – EIM, S.A., tenha tido a intervenção dos órgãos autárquicos competentes, em violação do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.



É duvidoso que se justifique o recurso a uma pessoa coletiva, com a forma de empresa, para a realização, exclusivamente, da atividade que tem vindo a ser prosseguida pela EIRSU, EIM, S.A.

A Assembleia-Geral da EIRSU, EIM, SA de 5 de novembro de 2018, aprovou por unanimidade seguir a recomendação do Tribunal de Contas, conforme o acima exposto, em extinguir a sociedade.

Face ao exposto, vem o Conselho de administração da EIRSU, dar conhecimento da deliberação de intenção da dissolução/liquidação da sociedade, pelo que serão desenvolvidos no futuro imediato os mecanismos previstos na legislação, nomeadamente C.S.C. e Lei 50/2013 de 31 de agosto, para a dissolução da sociedade e posterior liquidação.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dar conhecimento deste assunto à Assembleia Municipal.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:**

### **PONTO N.º 6 – 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

A Senhora Presidente apresentou à Câmara a 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2018, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

#### **Anulações**

#### **Receitas de Capital**

10030702 – Fundos Comunitários – 884.771€

120502 – Sociedades Financeiras – 350.000€

#### **Despesas de Capital**

07030301 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares – Obra n.º 2016/I/16 – Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa - 884.771€

070115 – Outros Investimento – Obra n.º 2016/I/6 – Smart City Lagoa e Modernização Administrativa - 89.024€

100503 – Sociedades Financeira, Bancos e Outras Instituições Financeiras – 260.976€.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano;



2.º Submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal;

3.º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

### **PONTO N.º 7 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO MANEIO PARA O MUNICÍPIO DE LAGOA:**

Foi presente a proposta para constituição de fundo maneo para o Município de Lagoa, que abaixo se transcreve:

“Nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial das Autarquias Locais (POCAL) em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 (considerações técnicas) e considerando os artigos 32.º ao 37.º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno dessa autarquia, que define as políticas e procedimentos de constituição, reconstituição e reposição dos fundos de maneo, proponho a constituição do Fundo de Maneio do Município, nos seguintes termos:

Responsável do fundo do maneo: Maria Clara Maurício Cordeiro Ganhão, Chefe de Divisão de Administração Geral;

Valor: 500,00€ (quinhentos euros);

Económica: 020121 – Outros Bens - 250,00€ (duzentos e cinquenta euros)

Económica: 02022599 – Outros Serviços – 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);

O fundo de maneo será para fazer face a despesas urgentes e inadiáveis.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto perguntou se a Câmara Municipal não tinha já constituído um fundo de maneo.

A Senhora Presidente informou que já foi criado um fundo de maneo, mas para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Lagoa – Açores.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que concorda com a constituição do fundo maneo para o Município de Lagoa, mas no seu entender, o valor devia de ser aumentado.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Aprovar a constituição do fundo maneo para o Município de Lagoa, no valor total de 500,00 € (quinhentos euros).

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

### **PONTO N.º 8 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 29 de novembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 742.608,71 € (setecentos e quarenta e dois mil seiscientos e oito euros e setenta e um cêntimo).

A Câmara tomou conhecimento.

### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

### **PONTO N.º 9 – ALTERAÇÃO DA REVISÃO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 9 de fevereiro de 2018, foi presente a proposta para consulta pública da alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“- Considerando que a Câmara Municipal deliberou a 9 de fevereiro de 2018 proceder à Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores;

- Considerando que a mesma foi publicada de Jornal Oficial em 14 de junho de 2018, através do Aviso n.º 35/2018;

- Considerando que a Câmara Municipal de Lagoa submeteu a proposta de Alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores para apreciação à Direção Regional da Organização e Administração Pública, entidade com competência na matéria, em 9 de outubro de 2018;

- Considerando que foi realizada a reunião da conferência de serviços a 19 de novembro de 2018, com vista à apreciação e aprovação da proposta apresentada, sendo que a primeira alteração à revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa mereceu apreciação favorável por parte das entidades representadas;

- Considerando que, nos termos do artigo 92.º e artigo 179.º do DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, se torna necessário proceder agora à abertura do período de discussão pública;

Proponho o envio dos documentos que se anexam para discussão pública, por um período de 30 dias seguidos, precedidos de aviso a publicar no Jornal Oficial e a divulgar através da comunicação social e no sítio eletrónico do Município.”

A Senhora Presidente explicou a proposta de alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores. Referiu que as alterações que agora são introduzidas no regime do uso do solo urbano justificam-se pelo facto de algumas áreas específicas do território municipal, localizadas na Canada Nova do Pópulo, Avenida Maria Luiza Machado de Faria e Maia, Caminho da Malaca, Rua Dr. José Pacheco Vieira e Rua das Arrudas, estarem inseridas



em áreas de Solo Urbanizável – Espaços Urbanos de Baixa Densidade, ou seja, encontram-se já em solo urbano, só que integradas na categoria de solo urbanizável, quando, pelas características que apresentam, deveriam estar integradas na categoria de solo urbanizado.

Mais informou que esta proposta já foi aprovada pelas entidades com competência na matéria, designadamente, a DROAP- Direção Regional de Organização e Administração Pública e a DRA - Direção Regional do Ambiente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

- 1.º Proceder à consulta pública da alteração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Lagoa – Açores, nos termos da proposta apresentada;
- 2.º Encarregar os respetivos serviços de darem o devido andamento.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

#### **PONTO N.º 10 – PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, RUA DO VIGÁRIO, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente o requerimento apresentado por Maria Beatriz Soares Ventura Pimentel, com residência na Rua do Vigário n.º 51, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa - Açores, proprietária de um prédio urbano, sito na Rua do Vigário n.º 51, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 1428,00 m<sup>2</sup> com as seguintes confrontações: Norte – Gilberto Rodrigues Furtado C.C.H.; Sul – Dinis Alberto Costa Bulhões; Nascente – Rua do Vigário e Poente – José Francisco S. Dias, Centro S. Nossa Senhora do Rosário e Dinis Alberto Costa Bulhões, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 50/19850211 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 2190, solicitando retificação da certidão de destaque, emitida por esta Câmara Municipal, em 22 de maio de 2018, para o referido prédio, nomeadamente, no que se refere ao destaque de uma parcela de terreno com 882,00 m<sup>2</sup>, onde por enquanto não se encontra qualquer edificação, sendo a mesma edificável, ficando a parcela restante composta por 546,00 m<sup>2</sup> de terreno onde se encontra edificada uma moradia com 233,30 m<sup>2</sup>, uma dependência com 30,00 m<sup>2</sup> e área descoberta com 282,70 m<sup>2</sup>.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 20/2018\_Ros, de 27 de novembro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que o terreno se localiza em solo urbano urbanizado da cidade da Lagoa, onde é permitida a edificação segundo os parâmetros dos planos em vigor, no que concerne à retificação de certidão de destaque nada temos a opor já que se mantêm as mesmas premissas que levaram à sua aprovação.



A pretensão cumpre o disposto no n.º 4 "Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos." e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE, na sua atual redação."

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

#### **ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:00 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO